



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL.

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015. (Do Sr. Alceu Moreira)

Requer que seja convidada a Senhora Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para prestar esclarecimentos sobre a identificação e delimitação de terras quilombolas no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e ouvido o plenário dessa comissão, requeiro a Vossa Excelência, que seja convidada a Senhora Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para prestar esclarecimentos sobre a identificação e delimitação de terras quilombolas no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O Brasil convive hoje com uma série de conflitos e problemas envolvendo a demarcação de terras quilombolas, tarefa a cargo do INCRA. São ainda estimados em mais de 5,5 mil processos abertos ou em processo de abertura, o que pode desocupar mais de 25 milhões de hectares. Reflexo disso são milhares de famílias, que ocupam as terras há cinco ou seis gerações, e que estão na iminência de serem expulsas de suas casas. Ou seja, para buscar uma reparação histórica e justa com os negros, o governo acaba por gerar uma nova injustiça com esses proprietários.

No Rio Grande do Sul está ocorrendo um conflito nos municípios de Osório e Maquiné, abrangendo as localidades de Morro Alto, Ribeirão, Prainha, Aguapés, Barranceira, Faxinal do Morro Alto e Espriado. Nessa área o INCRA, que está atualmente notificando os proprietários, pretende desapropriar uma área de 4.564 hectares de agricultura familiar para atender a uma solicitação do Conselho do Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (CODENE) e Movimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL.

Negro Unificado (MNU) à Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Ação Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A medida afeta diretamente cerca de 950 famílias - ou 3.800 pessoas - que vivem ou são proprietárias de terras e terrenos dentro desse perímetro. Cabe destacar que também serão atingidas outras 4.630 famílias, ou 18.800 pessoas, que vivem no entorno da região. Nos últimos sete anos foram mais de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) em PRONAF.

Reconhecendo a importância da matéria em debate e verificando a necessidade de se aprofundar a discussão sobre o tema, solicitamos aos Nobres Parlamentares a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 31 de março de 2015.

Deputado Alceu Moreira